

# O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DO TIMOR PORTUGUÊS NOS ARQUIVOS PORTUGUESES, 1974-1975

MOISÉS SILVA FERNANDES

*Instituto de Ciências Sociais*

*Universidade de Lisboa*

**Palavras-chave.** Arquivos; política arquivística; variedade de fontes e fundos; descolonização em geral; descolonização de Timor.

**Resumo.** Os arquivos públicos portugueses possuem uma quantidade considerável de documentos que permitem à comunidade académica começar a debruçar-se sobre esta matéria 30 anos volvidos sobre a tentativa falhada de conceder independência aquela antiga colónia da Oceânia.

**Agradecimentos.** Gostaria de agradecer à Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Henriques, do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (IAN/TT); ao Embaixador José Manuel Duarte de Jesus e à Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel Fevereiro, do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE); ao Sr. Almirante Leiria Pinto e à Dr.<sup>a</sup> Isabel Beato, da Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico (BCM-AH); e, ao Sr. Tenente-Coronel Aniceto Henrique Afonso, director do Arquivo Histórico Militar (AHM), pelo apoio e pela prontidão manifestada no atendimento dos múltiplos pedidos solicitados durante a investigação para este trabalho.



Mapa do Timor Português e da região

Apesar dos incipientes interesses de Portugal no Timor Português e na região, o novo regime político em Lisboa empenhou-se no processo de descolonização da colónia, que se tornou devido ao interesse da Indonésia em a ocupar e em a anexar e ao beneplácito dos dirigentes políticos da Austrália e dos EUA.

## Intróito

Com a sanção oficial dos decisores políticos da Austrália e dos EUA, a Indonésia precipitou uma campanha de destabilização de Timor, a partir de Agosto de 1974, que culminou na invasão da antiga colónia portuguesa, em 7 de Dezembro de 1975. O último acto pôs, inexoravelmente, fim ao projecto português de descolonização do território que estava previsto para ter lugar no dia 15 de Outubro de 1978, de acordo com 1.ª alínea do artigo 5.º da lei n.º 7/75, de 17 de Julho (Pires, 1981, p. 212).

Convém recordar que Portugal foi o primeiro país a divulgar dois relatórios sobre o fracassado processo de descolonização desta antiga colónia em 1981 (Pires e Riscado), dos quatro países com intervenção ou influência directa neste assunto (Indonésia, Austrália e EUA). Embora muitos dos documentos cruciais que nos permitem entender o que se passou nesta antiga colónia da Oceânia não fossem publicados, os que foram divulgados, mesmo que parcialmente, permitiram pela primeira vez à comunidade académica poder começar a entender a complexidade desta matéria e dos interesses contraditórios que condicionaram o comportamento das quatro potências em apreço. Ambos os relatórios padecem, contudo, de um problema comum: um centra-se sobre as actividades da administração portuguesa, dirigida pelo coronel graduado Mário Lemos Pires, I volume, enquanto outro, o II volume, debruça-se sobre aspectos mais de cariz militar. Apesar de mencionar as actividades encetadas pela diplomacia portuguesa para conter os desígnios expansionistas da Indonésia, a documentação que reproduzem sobre esta vertente é diminuta e parcial, isto é, não a publicaram na íntegra.

Decorridos 19 anos sobre a publicação dos dois relatórios portugueses, o Arquivo Nacional da Austrália, em parceria com uma equipa da *University of Melbourne* e do ministério australiano dos Negócios Estrangeiros, editaram uma colectânea significativa de documentos sobre a atitude oficial deste país relativamente à anexação de Timor pela Indonésia entre 1974 e 1976. Nesta obra são revelados documentos elaborados por vários departamentos governamentais australianos, incluindo os relatórios de conversas das cimeiras entre o primeiro-ministro australiano, Gough E. Whitlam, e o presidente da Indonésia, general Mohamed Suharto, que demonstram plenamente o alinhamento e a convergência de interesses entre o governo trabalhista de Camberra e o regime autoritário de Jacarta na questão de Timor.

Os outros dois protagonistas, a Indonésia e os EUA, nunca publicaram uma colectânea de documentos à sua guarda sobre esta temática. Enquanto a situação interna na Indonésia e as complexas relações entre Estado e Forças Armadas e no sentido contrário constituem um sério obstáculo à sua eventual elaboração, nos EUA não existem razões objectivas que impeçam tal edição.

Neste ensaio pretendemos essencialmente recordar sucintamente o plano português de descolonização para Timor e proceder a um levantamento geral acerca da documentação existente nos arquivos portugueses sobre esta matéria. Em termos genéricos, 5 ar-

quívos possuem documentação sobre o processo de descolonização de Timor. O Arquivo do Conselho da Revolução, à guarda do Instituto dos Arquivos/Torre do Tombo, disponibiliza informações sobre o processo de descolonização de Timor em termos gerais. O Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a vertente político-diplomática. O Arquivo Histórico Ultramarino sobre as áreas políticas e administrativas do governo português da colónia. O Arquivo Histórico Militar sobre a componente do Exército e o Arquivo Histórico da Biblioteca Central da Marinha centra-se nas actividades da Armada no território.

### **O projecto português de descolonização para Timor**

Na sequência do 25 de Abril de 1974, as novas autoridades centrais portuguesas procederam à descolonização da África lusófona, ao reconhecimento da integração de Goa na Índia, excluíram Macau do processo geral de descolonização (Fernandes, 2003) e planearam um prolongado processo de descolonização para Timor. A última atitude deveu-se, em grande parte, ao reconhecimento de que os interesses das duas potências da região, a Indonésia e a Austrália, deveriam ser tomados devidamente em consideração para garantir um processo sem grande turbulência, atendendo aos exíguos interesses políticos, económicos, comerciais e financeiros de Portugal na colónia e em toda a região.

Não obstante o empenho português em manter ambos os países informados acerca do processo de descolonização, o primeiro-ministro trabalhista australiano, Gough E. Whitlam, comunicou ao presidente da Indonésia, general Suharto, que concordava com a anexação de Timor-Leste por parte de Jacarta. Na primeira sessão da cimeira de Wonosobo, que decorreu no dia 6 de Setembro de 1974, o chefe do governo australiano comunicou a Suharto que: *“he believed that Portuguese Timor should become part of Indonesia”* (Way, 2000, p. 95). O último retorquiu que: *“[u]ltimately the Indonesians hoped for the incorporation of Portuguese Timor as being in the best interests of the region, of Indonesia and of Australia”* (Ibid., p. 97).

A diplomacia portuguesa teve conhecimento deste entendimento que iria seriamente condicionar a futura evolução política de Timor. No mesmo mês, o director-geral dos Negócios Políticos do ministério português dos Negócios Estrangeiros, Magalhães Cruz, comunicou ao Estado-Maior-General das Forças Armadas, que a Austrália tinha dado o seu beneplácito à integração de Timor na Indonésia (Pires, 1981, p. 33). Apesar deste desfecho, o governo central português e a administração portuguesa de Timor continuaram empenhados no processo de descolonização do território.

Após várias vicissitudes, o governo português publicou a lei n.º 7/75, em 17 de Julho, na qual delineava o processo circunstanciado e o calendário de descolonização para Timor. De acordo com este diploma constitucional o futuro desta colónia seria determinado por uma Assembleia Popular “representativa do povo do território, a constituir por eleição directa, secreta e universal, com inteiro acatamento dos princípios inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem” (Ibid., p. 211). Este órgão seria eleito no dia 17 de Outubro de 1976

tendo por incumbência “definir, por maioria simples e por voto directo e secreto, o estatuto político e administrativo do território (*Ibid.*).

Os trabalhos legislativos deveriam realizar-se de forma a permitir que no dia 15 de Outubro de 1978 cessassem “todas e quaisquer prerrogativas de soberania e administração da República Portuguesa sobre aquele território, sem prejuízo da continuação de laços de estreita cooperação em todos os domínios, no âmbito de acordos livre e mutuamente aceites” (*Ibid.*, p. 212). Para preparar a elite timorense para a independência seriam instituídos “órgãos transitórios de representação e de Governo do território de Timor” que entrariam em funções em 24 de Outubro de 1975 e se manteriam até 14 de Outubro de 1978 (*Ibid.*).

Os órgãos a instituir seriam: um alto-comissário; um governo presidido pelo último e composto por 5 secretários-adjuntos; e, um Conselho de Governo, “de natureza consultiva constituído por dois membros eleitos por cada Conselho Regional e quatro membros designados por cada uma das associações políticas de Timor, como tais reconhecidas, e que queira exercer esse direito” (*Ibid.*). Em simultâneo, foi publicado o “Estatuto Orgânico de Timor”, a mini-constituição do território, que estabelecia as regras básicas do jogo político na colónia até à sua independência.

O programa de descolonização e a mini-constituição de transição não suscitaram apoios entre os principais decisores políticos da Austrália e da Indonésia, acabando o último país por invadir e a anexar o Timor Português, com o apoio de 4 associações políticas timorenses: a Associação Popular Democrática de Timor (APODETI), a União Democrática Timorense (UDT), o *Klibur Oan Timur Aswain (KOTA)* e o Partido Trabalhista (Riscado, 1981, pp. 269-270).

### **Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo**

O “Arquivo do Conselho da Revolução” constitui um dos mais importantes fundos à guarda desta instituição, no que diz respeito a Timor. A razão é simples, reúne uma grande quantidade de documentos provenientes de vários órgãos de soberania e departamentos governamentais. De destacar neste âmbito os “Relatórios de Timor”, isto é, os dois que foram publicados em 1981 pela presidência do Conselho de Ministros, mais um terceiro relatório que nunca foi editado, mas que os complementa.

No volume 1, n.º 85, denominados “Relatórios de Timor” encontram-se o “Relatório do Governo, do período de 13 de Novembro de 1974 a 7 de Dezembro de 1975”, de autoria do coronel graduado Mário Lemos Pires, de Abril de 1975, classificado como “confidencial”, que corresponde ao que foi publicado em 1981. O “volume II (Anexos)” possui cópias de todos os documentos referenciados no relatório do governador e foram editados na íntegra.

Nesta caixa encontram-se ainda 6 exemplares<sup>1</sup> de um relatório denominado “O Problema de Timor”, elaborado pelo comandante Vasco Almeida e Costa, capitão-de-fragata Vítor Crespo e o tenente-coronel José B. de Canto e Castro, de 22 de Janeiro de 1980. Classificado

<sup>1</sup> Das fotocópias n.º 3 à 8.

de “segredo”, este documento discute a concertação de posições em relação a Timor entre o presidente da República, o Conselho da Revolução e o Governo e concluiu que “na actual situação, sem o advento de factos políticos novos, ser praticamente impossível obter de novo condições que permitam Portugal retomar o exercício efectivo das suas responsabilidades de Potência Administrante”.<sup>2</sup> Neste âmbito propunha que se deveria: primeiro, “[d]inamizar a acção nas Nações Unidas”;<sup>3</sup> segundo, “conservar a posição que Portugal tem mantido”;<sup>4</sup> terceiro, “tentar o desbloqueamento gradual da situação”;<sup>5</sup> quarto, “fomentar medidas activas no campo da informação da opinião pública internacional e junto de Organizações humanitárias e outras”;<sup>6</sup> quinto, “[e]stabelecer contactos com a Indonésia, sob forma e nível a ponderar, com vista à resolução dos problemas humanos”.<sup>7</sup>

No volume 2, n.º 86, encontrámos o chamado “Relatório de Comando [Referente] ao Período de Novembro de 1974 a Dezembro de 1975”, de autoria do coronel graduado Mário Lemos Pires, de Março de 1976. O volume I, classificado de “confidencial”, e o “volume II (anexos)” de “segredo”, corresponde a toda a documentação mais sensível que nunca foi publicada. De acordo com o primeiro relatório, vários factores contribuíram para o desfecho que se observou. Primeiro, “as forças armadas não conseguiram garantir a paz e tranquilidade em Timor conforme era necessário para o processo de descolonização”;<sup>8</sup> segundo, “forças diversificadas e de carácter político concorreram para a criação da instabilidade”;<sup>9</sup> terceiro, “para descolonizar era necessária a existência de uma força eficaz que não chegou a existir”;<sup>10</sup> quarto, “a solução do problema de Timor era eminentemente política. A componente militar da manobra global (FA), por ausência de força eficiente, não ajudou a encontrar uma solução política”;<sup>11</sup> e, quinto “Portugal quis deixar de colonizar, mas não quis ou não tentou fazer os sacrifícios inerentes à descolonização”.<sup>12</sup>

O volume II, classificado de “segredo”, reproduz 201 documentos, que permitem esclarecer muitas das controvérsias acerca da alegada proximidade de posições entre Portugal e a Indonésia. Por exemplo, o embaixador de Portugal em Jacarta, Guilherme Girão, informou o ministério português dos Negócios Estrangeiros, em 14 de Março de 1975, que o presidente Suharto estava a ser pressionado pelos militares para “autorizar” a intervenção militar em Timor. Segundo este, o presidente Suharto era de opinião que uma eventual ingerência “prejudicaria seguramente a sua posição” na região e as suas “pretensões moralistas, pacifistas e

<sup>2</sup> “O Problema de Timor, p. 16” in “Relatórios de Timor”, vol. 1, n.º 85, ACR, IAN/TT, Lisboa.

<sup>3</sup> *Ibid.*

<sup>4</sup> *Ibid.*, pp. 16-17.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>6</sup> *Ibid.*

<sup>7</sup> *Ibid.*

<sup>8</sup> “Relatório, confidencial, de Comando (Período de Nov74 a Dez75), vol. I, de autoria de Mário Lemos Pires, de Março de 1976, p. 133” in “Relatórios de Timor”, ACR, vol. 2, n.º 86, IAN/TT, Lisboa.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 134.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 135.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 136.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 137.

de respeito absoluto por terceiros”.<sup>13</sup> Na opinião do representante português, a campanha de propaganda da agência oficial *Antara* tinha “atrás de si o General Ali Murtopo da facção muçulmana do grupo *Golkar* e visaria criar um estado de tensão propício também a facilitar acção de persuasão junto do Presidente”. Por outro lado, este militar fez “uma certa pressão” junto do presidente da UDT, Francisco Xavier Lopes da Cruz, durante a sua visita à Indonésia, “no sentido que este partido se unisse à APODETI”.<sup>14</sup>

Para além deste último relatório de Lemos Pires e dos seus anexos, contém um exemplar do relatório Riscado. Finalmente, disponibiliza uma transcrição do programa da RTP “*Grande Reportagem*” sobre o processo de descolonização de Timor.

Neste fundo podem-se, ainda, encontrar várias referências a Timor nas “actas” e nos “documentos apresentados ao C.R.”. Nos últimos, encontrámos o pedido de demissão do governador de Timor, coronel graduado Mário Lemos Pires, ao chefe de Estado, general Costa Gomes, de 3 de Maio 1976,<sup>15</sup> e o relatório semanal sobre Timor, referente ao período entre 22 e 29 de Abril de 1976.<sup>16</sup>

### O Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Este é um dos mais importantes arquivos públicos portugueses sobre a questão da descolonização de Timor na vertente político-diplomática. Com o escopo de facilitar a investigação, disponibiliza bons descritores sobre o período colonial e a tentativa falhada portuguesa de proceder à sua descolonização. Neste sentido recomendam-se os maços PAA 1161 a 1164 no que diz respeito à Indonésia. Relativamente à Austrália existem os maços PAA 1175 e 1176, e sobre o Timor Português os maços PAA 803 a 809, 1331 e 1455 a 1460.

Provavelmente por razões de segurança, este arquivo tem ainda à sua guarda uma parte substancial e sensível, do ponto de vista político, do fundo do Gabinete dos Negócios Políticos do antigo ministério do Ultramar. Apesar da sua inventariação parcial, a base de dados já pode ser acedida pelos consulentes do arquivo.

Finalmente, o inventário do *Gabinete de Assuntos Especiais – Timor* possui documentação sobre o processo de descolonização, a invasão da Indonésia e os contactos com o “Governo Provisório” (Portugal, 2002, p. 52). Os temas referenciados neste espólio são a “definição estratégica da política de Portugal quanto a Timor” por parte de vários órgãos de poder e departamentos governamentais (*Ibid.*, p. 5), o que permite um estudo empírico sobre a política externa portuguesa em relação a Timor. Aborda, ainda, assuntos políticos no âmbito da ONU, nomeadamente nas comissões de Descolonização, dos Direitos Humanos, na Assembleia Geral, no Conselho de Segurança, entre outros órgãos dirigentes e organismos

13 “Telegrama n.º 56, urgente, do cônsul de Portugal em Jacarta, de 14 de Março de 1975” in “Relatório de Comando (Período de Nov74 a Dez75), Volume II (anexos), Março de 1976”, ACR, vol. II, n.º 86, IAN/TT, Lisboa.

14 “Relatório de informações (período 13 a 21 de Maio de 1975), secreto, do Comando-Chefe de Timor, p. 3” in “Relatório de Comando (Período de Nov74 a Dez75), Volume II (anexos), Março de 1976”, ACR, vol. II, n.º 86, IAN/TT, Lisboa.

15 “Ofício de 3 de Maio de 1976”, ACR, Cx. 1, n.º 319, Doc. 5, IAN/TT, Lisboa.

16 “INTSUM, n.º 15/76, confidencial, de 30 de Abril de 1976”, ACR, Cx. 1, N.º 319, Doc. 6, IAN/TT, Lisboa.

especializados. Também faculta documentação sobre vários temas, tais como, por exemplo, assuntos administrativos, jurídicos, culturais, religiosos e humanitários, e as repercussões da questão de Timor em Terceiros Estados e nas acções das Organizações Não-Governamentais. Por outro lado, a evolução das “organizações políticas timorenses” é acompanhada de perto pelas autoridades portuguesas, assim como a cobertura prestada pela comunicação social. No total este acervo documental é constituído por 1224 “dossiers” (*Ibid.*, p. 76) e ainda por uma colecção de 57 vídeos, de fotografias (*Ibid.*, p. 77), de audiocassetes (pp. 77-78), mapas e cartazes (p. 78). O único “dossier” deste fundo que se encontra desclassificado é a monografia apresentada para concurso de conselheiro de embaixada do diplomata António d’Oliveira Pinto da França, de Julho de 1972, denominada *Indonésia: Anatomia de uma Independência e Particularidades de uma Vizinhança*.

### **Arquivo Histórico Ultramarino**

Este arquivo, que integra o Instituto de Investigação Científica Tropical, tem à sua guarda um importante espólio multissecular sobre Timor, assim como as restantes antigas colónias portuguesas. Só existem, contudo, inventários documentais até 1921 (Portugal, 1999, p. 72). A partir de então verifica-se uma completa ausência de descritores para o gabinete do ministro, direcções gerais, repartições, entre outros serviços, deste enorme e complexo ministério. Esta situação dificulta seriamente a realização de estudos sobre a época contemporânea nas antigas colónias portuguesas.

A única excepção a esta desoladora realidade é a existência do inventário do Gabinete dos Negócios Políticos, repartição adstrita ao gabinete do ministro do Ultramar. Todavia, esta catalogação é parcial, pois uma parte significativa da documentação, tida como mais delicada, encontra-se no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como mencionámos anteriormente. Apesar dos sérios limites que acabámos de mencionar, os documentos disponibilizados são relevantes para eventuais estudos sobre temas políticos, administrativos, diplomáticos e militares, entre outras matérias, que influenciaram a evolução do território.

### **Arquivo Histórico Militar**

Este arquivo dispõe um inventário de documentos referentes ao Comando Territorial Independente de Timor (CTIT), que foi substituído pelo Comando-chefe das Forças Armadas de Timor (CCFAT), às suas duas reorganizações, assim como algumas propostas de alteração dos quadros orgânicos do seu Centro de Instrução, entre outras matérias de cariz meramente técnico-militar (Estado-Maior do Exército, 2002, pp. 11-12). No fim de 1974, sob instruções do comandante-chefe, coronel graduado Mário Lemos Pires, o chefe de Estado-Maior da CCFAT, major Adelino Rodrigues Coelho, propôs ao chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), general Costa Gomes, a “reestruturação do Exército” no território.



Quatro razões foram avançadas para justificar esta proposta. Primeiro, era necessário proceder à “Timorização’ do Exército”. Segundo, a “incongruência de manter num ambiente de descolonização unidades de reforço metropolitanas”. Terceiro, “a falta de disciplina que, apesar de parecer atenuada, existe latente, particularmente nos militares metropolitanos”.<sup>17</sup> Esta proposta foi aceite pelo vice-chefe do Estado-Maior do Exército, general Lopes dos Santos.<sup>18</sup>

Pouco tempo depois, o comandante-chefe, coronel graduado Mário Lemos Pires, reforçou o pedido do seu chefe de Estado-Maior enviando ao CEMGFA, general Costa Gomes, um ofício em que exortava à retirada das 3 companhias metropolitanas, “pois estas poderiam por em causa o processo de descolonização em curso”<sup>19</sup> e solicitava “o reforço dum pelotão de tropas especiais (Pára-quedistas ou Comandos)” por um período de “6 meses, ou até haver uma definição política que conduza à sua dispensabilidade”.<sup>20</sup>

O general Costa Gomes decidiu, no dia 15 de Março de 1975, enviar para Timor tropas pára-quedistas, nos Transportes Aéreos Militares (TAM). A data prevista de embarque foi marcada para o dia 8 de Abril.<sup>21</sup>

Por outro lado, faculta aos leitores um *Índice das Histórias das Unidades que Estiveram no Ultramar*, provavelmente elaborado em 1980, no qual faz várias referências a múltiplas unidades destacadas para Timor, como, por exemplo, o “Pelotão de Polícia Militar” (Estado-Maior do Exército, 1980?, p. 10) e a “Companhia de Caçadores” (*Ibid.*, p. 15). Não existe, contudo, documentação sobre as mesmas (*Ibid.*).

### **Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico**

Este arquivo tem um importante fundo, organizado pela *Comissão Eventual para a Localização e Recolha de Documentos da Marinha sobre a sua Acção nas Operações Militares em África e Timor, 1961-1975*, mais conhecida por *Colorado*. O índice geral deste acervo está ordenado alfabeticamente por “províncias ultramarinas”. O inventário n.º 6 centra-se nas actividades da Marinha em Macau, na Índia e em Timor. Sobre a última colónia existem 16 pastas que cobrem vários temas.

A pasta n.º 001, denominada “assuntos diversos”, refere-se ao período entre 1958 e 1976, dando especial ênfase às matérias relacionadas com a Armada Portuguesa e o comando naval de Timor. Relativamente à descolonização do território, possui dois “INTSUMS” (*Intelligence Summaries*), os nos. 5/76 e 9/76, de 10 de Fevereiro e de 11 de Março de 1976, respectivamente.

<sup>17</sup> “Ofício que deu entrada no EME, em 9 de Janeiro de 1975, p. 1” in “Reestruturação das Forças do CC-Chefe das FA de Timor”, 2.ª Div., 9.ª Sec., Cx. 2, N.º 17, AHM, Lisboa.

<sup>18</sup> “Ofício 73/OR/75, de 15 de Janeiro de 1975” in “Reestruturação das Forças do CC-Chefe das FA de Timor”, 2.ª Div., 9.ª Sec., Cx. 2, N.º 17, AHM, Lisboa.

<sup>19</sup> “Ofício n.º 300/C, secreto, s.d., p. 1” in “Reestruturação das Forças do CC-Chefe das FA de Timor”, 2.ª Div., 9.ª Sec., Cx. 2, N.º 17, AHM, Lisboa.

<sup>20</sup> “Ofício n.º 300/C, secreto, s.d., p. 2” in “Reestruturação das Forças do CC-Chefe das FA de Timor”, 2.ª Div., 9.ª Sec., Cx. 2, N.º 17, AHM, Lisboa.

<sup>21</sup> Mensagem 072/GC, secreta, de 17 de Março de 1975” in “Reestruturação das Forças do CC-Chefe das FA de Timor”, 2.ª Div., 9.ª Sec., Cx. 2, N.º 17, AHM, Lisboa.

Na pasta n.º 003 estão os relatórios dos NRPs, *Afonso Cerqueira*, relativamente às suas missões entre 3 de Setembro de 1975 e 11 de Março de 1976; *João Roby*, entre 24 de Outubro de 1975 e 20 de Maio de 1976; e, *Oliveira e Carmo*, entre 20 de Novembro de 1975 e 13 de Maio de 1976. O apoio do governo da Austrália à política integracionista de Jacarta, contribuiu para que Camberra se recusasse, por exemplo, a conceder autorização à primeira corveta para se reabastecer no porto de Darwin, em Outubro de 1975, “alegando que só o poderia fazer mais tarde, pois nessa data ocorriam exercícios navais na região que impediam a utilização do porto” (Pires, 1981, p. 306). As autoridades portuguesas interpretaram esta atitude como uma “flagrante má-vontade” (*Ibid.*).

O comportamento manifestado pelo governo australiano contribuiu para que o governador Mário Lemos Pires realizasse uma visita a Camberra para diligenciar o fim desta medida junto das competentes autoridades australianas e para dar “conta da situação” ao governo central português, por intermédio da embaixada portuguesa (*Ibid.*). A deslocação nutriu alguns efeitos. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, asseverou ao embaixador da Austrália em Lisboa, F.B. Cooper,

*“that without a ‘guarantee’ from the Australian Government that Darwin could be used on a regular basis for refuelling ships and as a point from which to maintain regular air transport communications with Ataúro, it would be quite impossible for Portugal to achieve its objective of rapid and peaceful decolonization in Timor. The Minister added that if this objective were not achieved because of lack of facilities, the consequences would be ‘catastrophic’ for Timor and, he believed, ‘disagreeable’ for Australia. He therefore asked me to seek a guarantee of logistic support from the Australian Government as soon as possible”* (Way, 2000, p. 555).

Na pasta n.º 004, encontrámos documentos relativos aos últimos dois comandantes do Comando da Defesa Marítima de Timor: o capitão-tenente Leiria Pinto e o capitão-de-fragata Chagas Torre. O relatório circunstanciado do primeiro incide sobre os meses de Agosto e Setembro de 1975 e fornece dados importantes sobre a evolução diária da conjuntura político-militar a partir da noite de 8/9 até à noite de 26 de Agosto de 1975, quando a Estação Rádio Naval de Timor fez a sua última comunicação com a sua congénere de Macau. De acordo com Leiria Pinto, “às 2045 o signatário acompanhado do pessoal na altura em serviço na Estação Rádio Naval” saíram “desta com destino ao porto de Díli. Foram desligados os receptores e do único emissor operacional foram desmontadas três válvulas a fim de o tornar inoperativo”.<sup>22</sup>

<sup>22</sup>“Relatório, secreto, do capitão-tenente Leiria Pinto referente aos meses de Agosto e Setembro de 1975, p. II-6” in “CDMT: Documentos Relativos aos 2 Últimos Comandantes, Ago75/Dez 75”, Fundo *Colorado*, Timor, pasta n.º 004, BCM/AH, Lisboa. Leiria Pinto publicou um artigo em que aborda pormenorizadamente a conjuntura político-militar que se viveu em Díli e Timor em Agosto de 1975 (Pinto, 1976, pp. 10-16).

Após terem procedido à evacuação da administração e das forças armadas portuguesas, “às 233[?] solta-se o rumo para a ilha de Ataúro”.<sup>23</sup> Durante a viagem de 11 horas, a Armada da Indonésia tentou comunicar com a Estação Rádio Naval de Timor. Por volta das 08h30 do dia 27 de Agosto foi sintonizada a bordo do rebocador *Lifau* a referida comunicação. O comandante naval português comunicou ao navio indonésio “que a Estação Rádio Naval” estava “temporariamente encerrada”. Segundo Leiria Pinto:

“Do navio indonésio comunicam que estão prontos a evacuar o Governador de Timor e respectivo Gabinete de Díli e transportá-lo para um local seguro, o signatário responde que o Governador está embarcado a bordo de um navio português e se dirige para a ilha de Ataúro podendo nesta ilha receber qualquer autoridade indonésia, é dado o recebido pelo navio de guerra tendo cessado as comunicações. Esclarece-se que o navio de guerra entretanto avistado navegava em águas territoriais internacionais”.<sup>24</sup>

Duas horas depois, o *Lifau* pairou em frente a Maumeta, sede da administração de Ataúro.<sup>25</sup> Levou, porém, perto de 2h30m a desembarcar devido à baixíssima maré.<sup>26</sup>

A ilha de Ataúro não possuía infra-estruturas para acolher, quer a administração, quer as forças armadas. Na opinião do comandante naval, “o pessoal além de inicialmente mal alojado teve uma alimentação muito deficiente”.<sup>27</sup> Esta situação agravou-se atendendo a que “não foi possível estabelecer comunicações com o exterior (só muito posteriormente com a chegada do NRP *Afonso Cerqueira* pode o signatário ter comunicações asseguradas com LISBOA)”.<sup>28</sup>

A ausência de combustível e de víveres em Ataúro obrigou o NRP *Albufeira* e o *Lifau* a deslocarem-se a Kupang para se reabastecerem, entre os dias 30 de Agosto e 4 de Setembro de 1975. O comandante naval Leiria Pinto foi portador de uma carta pessoal do governador Mário Lemos Pires para o seu homólogo de *Nusa Tenggara Timur* [Timor Indonésio], coronel El Tari. Antes de partir de Kupang, o último voltou a receber o comandante naval do Timor Português para lhe entregar uma carta particular para o coronel Lemos Pires. Durante a audiência, o coronel El Tari manifestou “a sua preocupação pela situação em Díli e a sua estranheza por Portugal não autorizar a Indonésia a pacificar a área onde se desenrolava o conflito”.<sup>29</sup>

Numa tentativa para resgatar “militares metropolitanos” detidos pela Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) foi efectuada uma missão a Díli, entre os dias 8 e 9 de Setembro. Todavia, quando a barça de desembarque *Laleia* estava a uns 50 metros do porto de Díli “foi verificado o aparecimento de uma série de elementos armados os quais

23 *Ibid.*, p. II-7.

24 *Ibid.*

25 *Ibid.*

26 *Ibid.*, p. II-8.

27 *Ibid.*, p. III-1

28 *Ibid.* p.

29 *Ibid.*, p. III-2.

rapidamente se distribuíram pelos cais, abrigando-se e de armas apontadas para barcaça”<sup>30</sup> Apesar da tensa situação, esta acabou por atracar, sem que, contudo, se assomassem “uma série de dificuldades na medida em que nenhum dos elementos armados se dignou a colocar o chicote dos cabos de amarração nos cabeços dos cais. Todos os elementos, cerca de uns 50, mostravam um ar ofensivo de arma sempre apontada para a barcaça, e distribuindo-se por abrigos. Aqueles a quem foi solicitada a ajuda para amarração dos cabos nos cabeços mostraram um ar de ódio e superioridade”<sup>31</sup> Perante esta recusa, o cabo acabou por ser colocado por um funcionário da Cruz Vermelha.

Depois de terem comunicado que estavam à espera de militares portugueses e que traziam correspondência para os dirigentes da FRETILIN, compareceram dois militantes desta, Cristóvão Santos e Mota, com a resposta. O último leu “um documento assinado por todos os militares detidos no qual os mesmos afirmavam que tinham decidido solicitar à Cruz Vermelha Internacional a sua entrega ao Cônsul de Portugal em Darwin, a fim de serem posteriormente evacuados para Portugal”<sup>32</sup>

Após a leitura desta declaração foi entregue uma relação dos militares detidos à missão portuguesa por parte da FRETILIN. Por seu turno, a missão portuguesa procedeu à entrega de correspondência para os dirigentes da FRETILIN, proveniente das autoridades portuguesas em Ataúro. Entretanto, na viagem de regresso a Ataúro, foi avistado “um navio de guerra Indonésio tipo *destroyer* em patrulha entre Ataúro e Díli”<sup>33</sup>

A pasta n.º 005 possui uma cópia do relatório (vol. I) e anexos (vol. II) do governador Mário Lemos Pires, que se encontra no Arquivo do Conselho da Revolução e que foi publicado em 1981. A pasta seguinte integra “documentos de comissão de navio *João Roby*, entre 6 de Outubro de 1975 e Maio de 1976”. A n.º 007 tem o mesmo tipo de documentos referentes ao período de Agosto de 1975 a Março de 1976. A n.º 008 debruça-se sobre a “situação em Timor: mensagens diversas”, “força para actuação”, “rendições” e “documentos diversos”, entre Setembro de 1975 e 16 de Fevereiro de 1976. Aqui estão reunidas muitas informações, entre as quais a do Estado-Maior-General das Forças Armadas para a “[o]rganização de uma força para a actuação em Timor”, de 16 de Dezembro de 1975, o ofício com estas instruções para os Estados-Maiores dos três ramos, de 18 de Dezembro de 1975, uma circular interna do Estado-Maior da Armada (EMA), sobre a “organização de uma força para actuação em Timor”, de 19 de Dezembro de 1975, e outra da mesma origem para a “constituição de uma força para actuação em Timor”, de 13 de Janeiro de 1976.

Na pasta n.º 011 pode-se encontrar uma “relação dos oficiais da armada que prestaram serviço no Comando da Defesa Marítima de Timor e na Estação Rádio Naval de Díli”, entre 1957 e 1975. A pasta seguinte concentra-se sobre o “dispositivo naval” do território entre 1 de Janeiro de 1959 e 9 de Setembro de 1976.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. D-1.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. D-1 e D-2.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. D-2.

<sup>33</sup> *Ibid.*

### Os grandes ausentes

Importantes acervos documentais que poderiam, eventualmente, esclarecer aspectos tido como mais “controversos” do processo de descolonização, primam, porém, pela sua inexistência nos arquivos públicos. A documentação dos presidentes António de Spínola e Costa Gomes, dos primeiros-ministros, Palma Carlos, Vasco Gonçalves e Pinheiro de Azevedo (Guimarães, 2000, pp. 331 e 343) e dos ministros dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, Melo Antunes, Oliveira Ruivo e dos secretários de Estado Jorge Campinos, Jorge Sampaio, Medeiros Ferreira (*ibid.*, pp. 331-370), assim como do ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, e dos secretários de Estado Azevedo Coutinho, Castro Fontes e Ferro Ribeiro, e do ministro da Cooperação, Vítor Crespo, e dos secretários de Estado Cristóvão Moreira e Gomes Mota (*ibid.*) não se encontram nos respectivos arquivos departamentais ou nacional.

Ao contrário dos países mais desenvolvidos, onde a documentação produzida pelos decisores políticos em exercício de funções oficiais transitam para os respectivos arquivos departamentais ou para o arquivo nacional, após ter decorrido um determinado tempo, em Portugal existe uma “tradição”, aliás, muito comum nos países em vias de desenvolvimento, de “levarem tudo para casa”. Este comportamento tem por objectivo manipular, explícita ou implicitamente, o que se venha a escrever sobre determinada matéria ou época.

Existe, em suma, uma necessidade premente de se proceder à recolha e tratamento arquivístico destes importantes acervos documentais com o desígnio de melhorar o conhecimento sobre o passado recente de Timor, em particular, e as políticas de descolonização e externa portuguesas, em geral, durante este extraordinário período.

### Conclusões

Os arquivos portugueses reúnem importantes documentos sobre a tentativa portuguesa de proceder à descolonização do Timor Português em 1975. Ao contrário do que acontece noutros países onde os arquivos dos vários departamentos governamentais estão exclusivamente concentrados no arquivo nacional, em Portugal estes estão divididos por arquivos que correspondem aos seus respectivos ministérios, incluindo de departamentos governamentais já extintos, como é o caso do Arquivo Histórico Ultramarino, que era um serviço do antigo ministério das Colónias/Ultramar. Outros, como o Arquivo Histórico Militar e o Arquivo Histórico da Biblioteca Central da Marinha, que integravam os antigos ministérios do Exército e da Marinha, respectivamente, passaram para a tutela do ministério da Defesa Nacional.

A pluralidade de fontes arquivísticas permite cruzar informações e confirmar ou rejeitar hipóteses de trabalho sobre o processo de descolonização do Timor Português.

## Referências

- Estado-Maior do Exército (2002), *Timor: 2.ª Divisão, 9.ª Secção: Inventário de Documentos*, Lisboa, Arquivo Histórico Militar.
- Estado-Maior do Exército (1980?), *Índice das História de Unidades que Estiveram no Ultramar*, Lisboa, Arquivo Histórico Militar.
- Fernandes, Moisés Silva (2004), "O fundo da PIDE/DGS sobre Timor no IAN/TT" in *Olhares Cruzados entre Arquivistas e Historiadores: Mesas-Redondas na Torre do Tombo*, Maria de Lurdes Henriques, coord.ª, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, pp. 59-62.
- (2003), "A normalização das relações luso-chinesas e a questão da retrocessão de Macau à China, 1974-1979", *Administração/Xíngzhèng* [Macau], vol. 16, n.º 61 (Setembro), pp. 1077-1141 (versão portuguesa).
- Fernandes, Teresa (2000), *Ministério do Ultramar: Gabinete do Ministro – Gabinete dos Negócios Políticos, Inventário*, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- França, António d'Oliveira Pinto da (1972), *Indonésia: Anatomia de uma Independência e Particularidades de uma Vizinhança*.
- Guimarães, Alberto Laplaine, et al, (2000), *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pinto, José Luís Leiria (1976), "Dos últimos marujos portugueses nos mares do Sul", *Revista da Armada* [Lisboa], ano 6, n.º 66 (Março), pp. 10-16.
- Pires, Mário Lemos (1994 [1991]), *Descolonização de Timor: Missão Impossível?*, 3.ª edição, Lisboa, Edições Dom Quixote.
- Pires, Mário Lemos (1981), *Relatório do Governo de Timor: Período de 13 de Novembro de 1974 a 7 de Dezembro de 1975*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (1999), *Guia de Fontes Portuguesas para a História da Ásia – Vol. II*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Oriente e Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros (2002), *Inventário do Fundo Documental do Gabinete de Assuntos Especiais – Timor*, Lisboa, Promontório do Património, Consultadoria e Estudos do Património, Ld.ª
- Riscado, Francisco A. et al (1981), *Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- Way, Wendy, ed. (2000), *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor, 1974-1976*, Canberra e Melbourne, Department of Foreign Affairs and Trade e Melbourne University Press.